

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8

TERMO DE REFERÊNCIA 89/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2026	180179-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	MARCIA NOGUEIRA DA SILVA	01/06/2026 14:32 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00267297/2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais de consumo para o 5º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (5º BAEP), conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

CÓD GOV	CÓD BEC	DESCRIÇÃO UNID.	QTD	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (DETALHAMENTO TÉCNICO)	PREÇO MÉDIO	PREÇO TOTAL
483304	6470807	Pacote	1	Lacre de Segurança: Plástico, 16cm, cor vermelha, numeração sequencial a laser.	R\$ 24,71	R\$ 24,71
626162	5149754	Unidade	50	Papel Rascunho Cubo: 75x75mm, cores neon, mínimo 700 folhas, 75g/m².	R\$ 11,00	R\$ 550,00
425226	183385	Caixa	30	Grampo 26/6: Aço galvanizado, alta resistência, caixa com 5.000 un.	R\$ 14,50	R\$ 435,00
485372	3178331	Caixa	1	Estilete ABS: 130mm, corpo plástico reforçado, para lâmina de 9mm.	R\$ 15,37	R\$ 15,37
624552	6515460	Unidade	10	Tesoura Costura: 23cm, aço inox, cabo plástico anatômico.	R\$ 9,49	R\$ 94,90
309213	5448751	Caixa	2	Colchete Nº 10: Aço latonado, haste flexível, caixa com 72 unidades.	R\$ 11,52	R\$ 23,04
296150	730947	Caixa	1	Colchete Nº 07: Aço latonado, haste flexível, caixa com 72 unidades.	R\$ 5,50	R\$ 5,50
284009	142042	Caixa	1	Colchete Nº 15: Aço latonado, haste flexível, caixa com 72 unidades.	R\$ 16,40	R\$ 16,40
483432	2765306	Caixa	5	Clipe de Papelaria Nº 2/0: Aço estanhado, extra resistente, cx 50 un.	R\$ 3,40	R\$ 17,00
2164590	4317378	Caixa	5	Clipe de Papelaria Nº 6/0: Aço estanhado, cx 50 un.	R\$ 2,00	R\$ 10,00
626116	6496075	Caixa	20	Fita Adesiva Lacre: Marrom, 48mm x 50m, polipropileno, cx 10 un.	R\$ 7,59	R\$ 151,80
477113	5531462	Caixa	5	Caneta Marca Texto: Amarela, ponta chanfrada, cx com 12 un.	R\$ 7,90	R\$ 39,50
486056	6104576	Unidade	10	Almofada Carimbo: Nº 04, cor preta, entintada, 12,3 x 7,5cm.	R\$ 6,40	R\$ 64,00
411718	5776970	Caixa	3	Tinta Carimbo: Preta, frasco 40ml, bico aplicador, cx com 12 un.	R\$ 36,00	R\$ 108,00
394469	6139523	Unidade	20	Régua 30cm: Poliestireno cristal, escala gravada, espessura 3mm.	R\$ 3,20	R\$ 64,00
398251	6030610	Unidade	2	Mídia DVD-R: 4.7GB, 16x, pote tipo cake box com 100 unidades.	R\$ 122,16	R\$ 244,32
304276	6506623	Caixa	1	Caneta Esferográfica: Preta, ponta 0.7mm, corpo cristal, cx 50 un.	R\$ 25,70	R\$ 25,70
6322132	2926938	Unidade	24	Cola em Bastão: Branca, 40g, atóxica e lavável.	R\$ 8,59	R\$ 206,16
202052	118710	Caixa	2	Percevejo Metal: Latonado, cabeça 10mm, cx com 100 un.	R\$ 2,71	R\$ 5,42
428532	5523613	Caixa	1	Lápis Preto 2B: Com borracha na ponta, sextavado, cx com 50 un.	R\$ 25,92	R\$ 25,92
481050	5367069	Unidade	20	Fita Laranja: "Zebra", 12mm x 50m, para sinalização táctica.	R\$ 6,10	R\$ 122,00
48311	6434169	Unidade	100	Saco de Provas: 23x30,5cm, VOID, campos para cadeia de custódia.	R\$ 0,84	R\$ 84,00

342233	4760646	Galão	50	Limpa Pneu Gel: Azul, galão 5L, proteção UV e alto brilho.	R\$ 71,45	R\$ 3.572,50
626317	3619710	Pacote	10	Pano Microfibr: 30x30cm, azul, 230g/m², pct com 100 un.	R\$ 46,40	R\$ 464,00
449786	6381049	Unidade	200	Pano de Limpeza: Algodão, tipo xadrez alvejado, alta absorção.	R\$ 6,14	R\$ 1.228,00
229970	2278200	Galão	20	Cloro Ativo: 8 a 10%, galão 5L, registro ANVISA.	R\$ 13,00	R\$ 260,00
449798	4852206	Frasco	50	Detergente Neutro: 500ml, biodegradável.	R\$ 2,60	R\$ 130,00
293351	4821475	Frasco	50	Desinfetante Pinho: 500ml, bactericida.	R\$ 5,25	R\$ 262,50
397370	4680995	Frasco	30	Saponáceo Cremoso: 250ml, ação desengordurante.	R\$ 12,00	R\$ 360,00
630283	5692849	Unidade	5	Macacão Manejo: PVC impermeável, bota acoplada nº 42.	R\$ 249,00	R\$ 1.245,00
603942	5424836	Unidade	5	Aríete Tático: Aço 1020, 15kg, isolamento 10kV, empunhadura dupla.	R\$ 1.794,99	R\$ 8.974,95
352250	4710622	Unidade	5	Escada Telescópica: Alumínio, 3,15m, carga 150kg, travas seg.	R\$ 647,10	R\$ 3.235,50
623382	4605349	Unidade	5	Alavanca Hulligan: Forjada peça única, 30 pol, aço liga.	R\$ 863,00	R\$ 4.315,00
TOTAL				VALOR TOTAL CONSOLIDADO DA CONTRATAÇÃO	---	R\$ 26.380,19

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como *bens comuns*, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 30 dias corridos contados da emissão do empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, no que couber, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Produção:

4.1.1.1. Materiais - com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento.

4.1.1.2. Modo de Produção – sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

4.1.2. Distribuição:

4.1.2.1. Embalagens compactas, indústria local, produtor local.

4.1.3. Uso:

4.1.3.1. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental. 4.1.4. Destinação Final:

4.1.4.1. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para reuso ou para remanufatura. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação deverão ser ofertados produtos de qualidade igual ou superior a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Marca 1 (Premium/Tático)	Marca 2 (Referência)	Marca 3 (Custo-Benefício)
01	Lacre de Segurança	Sealbras	Metalacre	Elo Lacre
02	Papel Rascunho Cubo	3M (Post-it)	Tilibra	Eagle
03	Grampo 26/6	Bacchi	Gramp-Line	Acco (Swingline)
16	Mídia DVD-R	Sony	Maxprint	Multilaser
22	Saco Integridade (VOID)	Plastubos	E-Selo	Plastitudo
23	Limpa Pneu Gel	3M	Proauto	Pérola
24	Pano Microfibra	3M (Scotch-Brite)	Condor	Tekbond
26	Cloro Ativo / Alvejante	Qboa	Cândida	Start Química
27	Detergente Líquido	Ypê	Limpol	Minuano
31	Aríete Tático	Blackhawk (USA)	Tático Brasil	WTC Tático
32	Escada Telescópica	Botafogo	Alulev	Mor
33	Alavanca Hulligan	Paratech	Tático Brasil	Forjasul

4.3 A Administração, com fundamento nos princípios da eficiência, segurança operacional, economicidade e mitigação de riscos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021, estabelece requisitos mínimos de desempenho e confiabilidade para os itens objeto da contratação.

4.3.1 As restrições abaixo não possuem caráter direcionador de marca, fabricante ou modelo específico, destinando-se exclusivamente à prevenção de falhas operacionais, redução de riscos à integridade física dos usuários, preservação da cadeia de custódia documental e garantia da durabilidade mínima necessária ao interesse público.

4.3.2 Dessa forma, não serão aceitos produtos que apresentem as seguintes características técnicas incompatíveis com a finalidade institucional pretendida:

Grupo	Itens	Característica Vedada (Marca Inaceitável)	Justificativa do Risco (Operacional/Legal)
Escritório	01, 11, 21, 22	Marcas que utilizam cola/adeseivo de baixa aderência (que soltam com calor) ou lacres com numeração impressa (não gravada a laser).	Comprometimento da Cadeia de Custódia ; risco de violação de provas sem evidência.
Papelaria	03, 04, 05, 09, 10, 15, 17, 20	Itens de aço com baixo tratamento térmico (que quebram ou oxidam rápido) e réguas/tesouras com rebarbas plásticas.	Ineficiência administrativa e risco de acidentes leves no manuseio de documentos.
Organização	02, 06, 07, 08, 12, 13, 14, 18, 19	Colas em bastão com secagem rápida no tubo; almofadas de carimbo com tinta à base de óleo que borra o papel.	Desperdício de material e baixa durabilidade do registro em processos físicos.
Mídia	16	Mídias sem camada de proteção (silver/gold) ou de fabricantes sem certificação de longa durabilidade .	Perda de dados e imagens de ocorrências (provas) por degradação química do disco.
Saneantes	23, 26, 27, 28, 29	Produtos sem Registro/Notificação na ANVISA no rótulo ou embalagens de plástico reciclado poroso.	Risco à saúde do efetivo e falta de eficácia na desinfecção biológica.
Têxtil	24, 25	Panos de microfibra com menos de 200g/m ² ou panos de algodão com trama aberta (rasgam no primeiro uso).	Dano à pintura das viaturas (riscos) e baixa absorção de resíduos.
Operacional	30	Macacões com costuras simples (não seladas) ou botas de borracha rígida que limitam a mobilidade.	Infiltração de líquidos contaminados e fadiga excessiva do operador.
Tático	31, 33	Ferramentas com soldas estruturais aparentes ou ausência de isolamento elétrico (mínimo 10kV).	Risco de Morte: Quebra da ferramenta sob pressão ou eletrocussão em entradas forçadas.
Salvamento	32	Escadas com travas de nylon simples ou que não suportem carga de 150kg (norma técnica ANSI).	Risco de queda do policial equipado (farda + colete + armamento).

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 dias úteis**, contados do(a) empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os Itens deverão ser entregues conforme tabela e endereços abaixo:

5.4. **5º BAEP – Rua Mônaco, 260, Parque Santa Luzia - Barueri/SP - CEP: 06.402-120, telefone: (11) 41913208.**

5.5. Horário para entrega: de segunda a sexta-feira, nos períodos das **08h30 às 11h30** e das **14h30 às 17h30**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a 7.7 comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (dias) úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.21.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Sociedade empresária, microempreendedor individual - MEI, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, *ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital, quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza* - do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.26 Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores .

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 26.380,19 (vinte e seis mil trezentos e oitenta reais e dezenove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIA NOGUEIRA DA SILVA

Aux Seq Log 5º BAEP



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 08:50:05.

ANDRE DA SILVA

CH SET LOG



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 14:32:23.